

## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Referência:** Meta 2025.033 | Processo nº 25389.000253/2025-63

Com base na Instrução Normativa (IN) SEGES/ MPOG nº 05/2017, as contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para Análise da sua Viabilidade Técnica e Impacto Ambiental, Avaliação do Custo da Obra e Definição dos Métodos e Prazo de Execução que servirão para elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Portanto, registra-se que o objetivo do presente documento é definir tais condicionantes, predecessoras à elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico a serem desenvolvidos posteriormente.

## 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

### 2.1. JUSTIFICATIVA

Em âmbito mais geral, a contratação se justifica pela contribuição para a redução das desigualdades e iniquidades no campo da saúde, da ciência e tecnologia em saúde e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde; já em âmbito específico, relacionado diretamente aos objetivos estratégicos da Fiocruz, se justifica pelo provimento direto e indireto das condições necessárias de infraestrutura para o desempenho de sua missão institucional.

A contratação para construção de uma subestação (ETG-01) conforme o plano de diretrizes tecnológicas e inovação, atendimento as demandas energéticas das edificações da Fiocruz e garantir a confiabilidade e segurança do sistema elétrico de baixa e média tensão. Reforma, modernização e adequações físicas necessárias nas subestações ETG 02, ETG 11 e no sistema de distribuição de energia elétrica do Campus de Manguinhos. Desativação da subestação ET 16, modernização da sala de painéis de baixa tensão e transferência das respectivas cargas para subestação ETG-02, objetivando a correção das não-conformidades normativas de modo a prover maior segurança ao sistema de distribuição do campus, aos usuários, ao patrimônio físico, às pesquisas, bem como aos acervos institucionais.

O sistema de monitoramento e controle de subestações elétricas é crucial no cenário energético atual, marcado pela crescente demanda por energia e pela necessidade de garantir a confiabilidade e a segurança do fornecimento e necessário para se adequar ao Plano de Diretrizes Tecnológicas e Gestão de Ativos.

Na Fiocruz, o monitoramento em tempo real das subestações tem por objetivos aprimorar o processo medição do consumo de energia e rateio entre os consumidores, proporcionar maior visibilidade operacional e agilizar a adoção de medidas corretivas em caso de falhas e detectar sinistros com maior rapidez.

Em específico, a necessidade de implantação do sistema de monitoramento e controle tem origem nos seguintes problemas:

- Algumas subestações existentes operam com sistemas de controle desatualizados ou sem monitoramento adequado e, por isso, estão mais suscetíveis a falhas, interrupções e acidentes;
- A falta de informações em tempo real dificulta a identificação de problemas e a tomada de decisões rápidas, o que pode levar a longos períodos de interrupção no fornecimento de energia;
- Sem um sistema de monitoramento ágil, a manutenção preventiva torna-se difícil, pois há imprecisão nas informações, o que pode levar a manutenções corretivas mais dispendiosas;

- Subestações sem sistemas de monitoramento adequados podem representar maiores riscos à segurança dos operadores e da população em geral;
- A falta de controle preciso sobre os equipamentos pode levar a sobrecargas, curtos-circuitos e outros problemas que podem causar danos materiais e interrupções no fornecimento de energia.
- Falta de monitoramento de parâmetros importantes, como tensão e corrente, pode levar a perdas de energia e ineficiência na distribuição.

Neste contexto, foram identificadas as seguintes oportunidades de melhoria:

- O desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle baseados em tecnologias digitais permite a coleta e o processamento de grandes volumes de dados em tempo real;
- A utilização de sensores e equipamentos de monitoramento avançados permite a detecção precoce de problemas e a tomada de decisões mais assertivas;
- A implementação de um sistema de monitoramento e controle permite a coleta de dados precisos e atualizados sobre o desempenho dos equipamentos, o que facilita a identificação de problemas e a tomada de decisões estratégicas
- A utilização de ferramentas de análise de dados permite a previsão de falhas e a otimização da manutenção preventiva, o que reduz os custos e aumenta a confiabilidade do sistema;
- A implementação de sistemas de controle avançados permite a proteção dos equipamentos contra sobrecargas, curtos-circuitos e outros problemas elétricos;
- A utilização de sistemas de monitoramento remoto permite a supervisão das subestações em tempo real, o que aumenta a segurança dos operadores e da população em geral.

Considerando isto, são benefícios almejados com esta contratação:

- Redução do número de falhas e interrupções no fornecimento de energia;
- Melhoria da qualidade da energia fornecida;
- A redução de custos com manutenções corretivas;
- O aumento da vida útil dos equipamentos;
- A melhoria da eficiência da operação das subestações;
- A redução do risco de acidentes;
- A proteção dos equipamentos e das pessoas em geral;
- Redução das perdas de energia;
- Otimização da distribuição de energia.

Pelo exposto, a contratação da modernização dos equipamentos elétricos e da aplicação de um sistema de monitoramento e controle de subestações elétricas é fundamental para garantir a segurança, a confiabilidade e a eficiência do fornecimento de energia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor energético.

## 2.2. ESCOPO E OBJETIVOS

O objetivo é a contratação de obra para modernização de parte do sistema de distribuição elétrica em média tensão, através da construção e reforma de subestações, inclusive implantação de sistema de monitoramento, no Campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ.

O escopo da contratação abrange a execução de obra e serviços correlatos, incluindo fornecimentos e instalações, testes, comissionamento e operação assistida, além da gestão direta dos serviços.

## 3. ÁREA REQUISITANTE

Coordenação de Projetos e Obras (CPO)/ Cogic; Ana Paula Medeiros, matrícula SIAPE nº 1791789

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar visa atender à crescente demanda por energia elétrica no Campus Manguinhos, impulsionada pela expansão de novas edificações e aumento de carga de edificações existentes. A nova subestação será fundamental para melhoria no suprimento de energia elétrica dos atuais consumidores e para aumentar a robustez do sistema elétrico. Adicionalmente, a reforma das três subestações existentes é crucial para modernizar instalações com tecnologia defasada, que apresentam sinais de desgaste e limitações operacionais, mitigando riscos de interrupções e falhas no fornecimento.

A concepção da nova unidade será do tipo convencional e incluirá sistemas de automação e monitoramento de acordo com o plano Diretor da FIOCRUZ. As reformas das subestações existentes incluirão a substituição de equipamentos obsoletos como disjuntores, transformadores, chaves seccionadoras e sistemas de proteção e controle. O objetivo é adequar as instalações às normas técnicas vigentes, aumentar a capacidade de transformação e manobra, e implementar sistemas de automação e monitoramento de acordo com o plano Diretor.

A contratada deverá seguir rigorosamente as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Previdência. Destacam-se as seguintes:

##### **Normas Técnicas (ABNT):**

- **ABNT NBR 14039:** Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV.
- **ABNT NBR 5410:** Instalações elétricas de baixa tensão.
- **ABNT NBR 13231:** Proteção contra incêndio em subestações elétricas de geração, transmissão e distribuição.
- **ABNT NBR 5419:** Proteção contra descargas atmosféricas.
- **ABNT NBR 6935:** Disjuntores de alta tensão em corrente alternada.
- **ABNT NBR 5356:** Transformadores de potência.
- **ABNT NBR 6856:** Transformadores de corrente.
- **ABNT NBR 6855:** Transformadores de potencial.
- **ABNT NBR 15688:** Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus.
- **ABNT NBR 13570:** Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos.

##### **Normas Regulamentadoras (NR):**

- **NR-10:** Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- **NR-06:** Equipamento de Proteção Individual – EPI.
- **NR-07:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.
- **NR-09:** Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.
- **NR-16:** Atividades e operações perigosas.
- **NR-17:** Ergonomia.
- **NR-18:** Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- **NR-35:** Trabalho em Altura.

A contratação pretendida não possui natureza de serviço continuado.

A contratação prevê a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, e de materiais com registro e informações técnicas e construtivas (manuais de uso e manutenção, *databooks*, termos de garantia, dentre outros), sem perda de informações, podendo ser exigido do Contratado, no que couber, capacitar os técnicos do Contratante ou qualquer representante designado.

#### 4.1. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de execução deverá ser de 30 (trinta) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS); o prazo de vigência deverá ser de 39 meses (trinta e nove) meses.

**Observação:** o prazo de vigência excede o prazo de execução em 9 (nove) meses porque comporta (i) apresentação da documentação prévia à execução (1 mês); (ii) recebimentos provisório e definitivo (4 meses); (iii) pagamento da última medição de serviço (1 mês) e (iv) extensão de prazo para abarcar eventuais suspensões do prazo de execução (3 meses).

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em nível preliminar foi realizada a coleta e análise de informações sobre preços, condições, relações de custo *versus* benefícios e práticas de mercado relacionadas ao objeto a ser contratado, com o objetivo de fornecer subsídios para tomada de decisão por parte da Administração em relação à contratação. Foram definidos os seguintes parâmetros de análise:

- Valor estimado da contratação: estimativa realizada a partir de tabela de referência elaborada pela Engenharia de Custo;
- Fonte para obtenção do valor estimado: pesquisa de mercado diretamente com fornecedores;
- Análise de custo para diferentes alternativas de solução técnica: não aplicável;
- Identificação de fornecedores ou prestadores de serviços: empresas que atuam no ramo de Arquitetura e Engenharia;
- Expectativa de variação de preços no decorrer da contratação: não há variação significativa de preços prevista;
- Avaliação da viabilidade econômica: foram considerados (i) a justificativa e os objetivos institucionais; (ii) os resultados pretendidos; (iii) o valor estimado praticado no mercado; (iv) a análise de diferentes soluções técnicas (no que cabível); (v) fornecedores ou prestadores de serviço capacitados a prestar o serviço; (vi) expectativa de variações de preço; e (vii) o planejamento orçamentário da Administração.

#### 5.1. CONDIÇÕES GERAIS PARA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Embora o objeto da contratação tenha características singulares, uma vez que atende a especificidades rigorosas estabelecidas a partir da formulação de programa de necessidades e levantamentos técnicos, a maior parte dos serviços e materiais são de natureza corrente, tendo seus custos estabelecidos a partir das tabelas de referência do Sinapi ou outra fonte pública reconhecida.

Sempre que cabível tecnicamente, serão consideradas instalações, sistemas e equipamentos de natureza comum que não requerem fabricação exclusiva, reduzindo o custo total da contratação.

Nas composições cuja definição de custo através do Sinapi se mostrar inviável, serão utilizados como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), sendo substituídos os custos dos insumos pelos do Sinapi.

Por último, para serviços, materiais construtivos, sistemas ou equipamentos que não forem contemplados pelo Sinapi, será realizada pesquisa de mercado, adotando-se as diretrizes da IN SEGES/ME nº 73, de 2020.

Cabe ressaltar que o orçamento estimativo a ser elaborado pela Administração será meramente referencial, sendo de inteira responsabilidade da licitante toda e qualquer conferência de quantidades de serviços necessários para o cumprimento integral do objeto e do escopo da licitação.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A intervenção proposta compreende a construção de uma subestação convencional, denominada Estação Transformadora e Geradora 01 (ETG-01), destinada ao atendimento das atividades de pesquisa, assistência, ensino e gestão, totalizando uma área estimada de 136 m<sup>2</sup>, considerando a edificação técnica, áreas de circulação, áreas técnicas externas e pátios de equipamentos.

Além disso, está prevista a reforma de duas subestações existentes, a ETG-02 e a ETG-11, com áreas aproximadas de 190 m<sup>2</sup> e 174 m<sup>2</sup>, respectivamente, abrangendo seus compartimentos elétricos, abrigos de transformadores, salas de painéis e áreas de acesso.

Também será realizada a desativação da ET-16, com área estimada de 40 m<sup>2</sup>, prevendo a retirada da parte de média tensão, incluindo o transformador. Permanecendo apenas os painéis de baixa tensão, devidamente adequados às novas condições físicas e inovações tecnológicas.

A distribuição espacial da nova subestação e das reformas contempla:

- Área técnica para transformadores;
- Sala de painéis de média e baixa tensão;
- Áreas destinadas aos grupos motor-gerador;
- Sistema de climatização, ventilação e exaustão forçada;
- Sistema de detecção, alarme e combate a incêndio;
- Acesso controlado e segurança perimetral;
- Áreas externas para manobra e inspeção;
- Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e de aterramento;
- Áreas de circulação e recuos de segurança;
- Área técnica para sala de equipamentos (TI e TA) e monitoramento;
- Sistema de automação e supervisão remota.

### Premissas da Solução de Projeto

- Técnicas: A solução foi concebida conforme os requisitos técnicos da concessionária de energia local, com base nas normas técnicas vigentes (NBR 14039, NBR 5410, NBR 5419, NR-10, NR-12 e IEC 61850), assegurando desempenho elevado em termos de confiabilidade, segurança e manutenção. Serão empregados equipamentos com tecnologia atualizada e alta durabilidade.
- Econômicas: A análise de custo-benefício demonstrou que a construção da nova subestação e a reforma integral das existentes são mais vantajosas do que intervenções corretivas ou manutenções pontuais, principalmente quando se considera o ciclo de vida útil dos equipamentos (mínimo de 25 anos). A padronização das instalações e a incorporação de sistemas de automação e monitoramento de parâmetros energéticos contribuirão para a redução dos custos operacionais futuros.

- Financeiras: O planejamento orçamentário considerou o uso de recursos próprios, respeitando os limites previstos nos planos de investimento da instituição. Foram priorizadas soluções tecnicamente adequadas e economicamente viáveis, sem comprometer a segurança ou a qualidade das instalações.
- Ambientais: A proposta adota boas práticas ambientais, com foco na eficiência energética dos transformadores e na ventilação natural, sempre que tecnicamente viável. Serão utilizados transformadores a seco, evitando o uso de óleo mineral, o que reduz riscos ambientais. Durante a execução, serão observados critérios de acessibilidade, gestão de resíduos sólidos e mitigação de impactos ambientais. As áreas afetadas serão devidamente isoladas e sinalizadas, garantindo a segurança e o controle ambiental durante as obras.

### **Planejamento para Execução da Obra**

Para execução da obra foi definido o planejamento, amplamente debatido e aprovado pelas autoridades competentes, tanto na Unidade demandante quanto na Cogic. As etapas principais são:

- Elaboração e aprovação dos projetos executivos e respectivos memoriais descritivos;
- Adequação prévia das áreas de entorno, com implantação do canteiro de obras e vias de acesso;
- Reforma das subestações existentes realizada de forma escalonada, garantindo a continuidade do fornecimento de energia elétrica;
- Adoção de medidas provisórias, como transferência de cargas e instalação de geradores (inclusive com locação temporária), durante intervenções críticas;
- Construção da nova subestação em fase independente, seguida de interligação e comissionamento gradual;
- Finalização com testes operacionais, capacitação das equipes locais e emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) correspondentes.

O planejamento visa minimizar impactos nas atividades institucionais, garantir a segurança dos usuários e permitir que os serviços sejam executados em conformidade com os padrões normativos e de qualidade exigidos.

### **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

Será elaborada oportunamente planilha orçamentária com a estimativa das quantidades a serem contratadas, que será baseada em projetos de diferentes disciplinas e memórias de cálculo, e levará em consideração a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

### **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A contratação está estimada em R\$ 43.231.293,95 (quarenta e três milhões, duzentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos).

Serão apresentados oportunamente o Projeto e as planilhas orçamentárias com a composição e valores de itens detalhados.

**Observação:** o valor apresentado acima tem caráter estimativo com base em Estudo Preliminar; portanto, em função do desenvolvimento do Projeto – que irá proporcionar um detalhamento de especificações e melhor quantificação dos serviços previstos -- poderá haver divergência entre o valor ora apresentado e

aquele que será definido, oportunamente, como referência para a licitação e constará na Nota Técnica da contratação.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que (i) se trata de objeto de Engenharia cuja execução vincula diferentes serviços técnicos, materiais, instalações, sistemas e equipamentos indissociáveis para o resultado final pretendido; (ii) a responsabilização técnica é atrelada ao conjunto da execução, aceitando-se distinção somente para as diferentes disciplinas; (iii) a garantia da contratação é integral, não sendo subdivisível por suas partes, componentes ou etapas; (iv) não se identifica vantajosidade ou economicidade com o parcelamento da solução; (v) existe grave risco para a Administração de não ser atingido o objetivo pretendido por conta do eventual parcelamento da execução ou repartição de responsabilidades.

A divisão do objeto não é aplicável, no entanto, também não representa perda de economia de escala.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação proposta foi elaborada a partir de diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Quadrienal da Fiocruz (PQ) ou pelo Plano Plurianual (PPA).

Por este motivo, foi elencada no **Plano Anual de Contratações (PAC)** e na programação de serviços da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), unidade responsável pela gestão de infraestrutura da Fiocruz.

A contratação está alinhada com o **Plano Diretor de Logística Sustentável**, no que é cabível para o objeto da contratação.

Além de considerar **outros instrumentos de planejamento da Administração** -- Decreto nº 10.947/2022, art. 7º da IN SEGES/ME nº 81/ 2022 e Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021.

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Em sentido amplo, a contratação pode contribuir para a geração de emprego e renda, o estímulo ao desenvolvimento de competências e conhecimentos técnicos na área de atuação da saúde pública e do complexo industrial da saúde, e o incentivo à articulação da cadeia de produção da construção civil.

## 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em função da natureza da contratação e das exigências estabelecidas, não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

## 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados impactos ambientais relevantes e não será necessário realizar licenciamento ambiental no âmbito da contratação.

## 14.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão assumidos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental visando à redução do consumo de energia e água, e geração de resíduos gerais e de construção civil – tanto em relação (i) à procedimentos de desenvolvimento e gestão, (ii) à soluções técnicas de projeto e execução de obra ou serviços de Engenharia; ou (iii) à racionalidade de operação e manutenção da edificação.

Tais critérios e práticas estão baseados na IN SLTI/MPOG nº 1/2010, no art. 45 da Lei nº 14.133/2021, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS, Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021) e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (revisão setembro/2023), constituindo-se como condições que obrigatoriamente precisam ser observadas pelo Contratado, sem prejuízo de outras exigências a serem formuladas pela Administração.

A IN SLTI/MPOG nº 1/2010 estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional devem incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras. Desse modo, conforme o art. 4º da referida IN, definem-se as seguintes exigências:

*“[...] as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:*

*I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;*

*II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;*

*III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;*

*IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;*

*V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;*

*VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;*

*VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;*

*VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e*

*IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.*

*[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).”*

Considerando o art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas sempre que cabível, pode-se transcrever os seguintes elementos:

*“I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

*II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*



*III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

*V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;*

*VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e*

*VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. [...]*

*Parágrafo único – O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.”*

Nos termos dos incisos I, II e III do art. 45 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidos os seguintes critérios:

*“I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;*

*II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;*

*III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; [...]*”

O item 4.3.2 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), estabelece como orientação a *"redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada"* através da diretriz (2A) de *"reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos"* e da estratégia (12) de *"incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis"*.

O PLS estabelece práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, pautadas em práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.

Em relação à execução da obra, o Contratado deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos (i) na Resolução nº 307/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); e (ii) na IN SLTI/MP nº 1/2010, conforme os parágrafos 2º e 3º do art. 4º, nos seguintes termos:

- o gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme cada caso;

- nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: (i) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (ii) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; (iii) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; (iv) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos;
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos;
- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da Fiocruz;
- para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme cada caso, o Contratado deverá comprovar, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estejam acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, todas de 2004;
- a empresa deverá possuir permissão da prefeitura local para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local;
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme legislação vigente;
- para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade do Contratado, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;
- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade do Contratado;
- apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a execução do serviço;

- em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

#### 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A partir dos elementos elencados, declara-se que a contratação é viável.

#### 16. RESPONSÁVEIS

Conforme designação pela Portaria de Planejamento para Contratação.

#### 17. ANEXOS

Não se aplica.